

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 32/2014
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RELATÓRIO

1. Cuida-se de projeto de lei de autoria do Prefeito, autuado sob o nº 32, que dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos; institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Planores do Município de Bonfinópolis de Minas e os demais componentes da Política Municipal de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
2. A finalidade da matéria é disciplinar, no plano municipal, a salubridade ambiental e a gestão de resíduos sólidos, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida.
3. Após a análise de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, a matéria vem ao exame de mérito desta Comissão, conforme dispõe o artigo 168, combinado com o art. 88, I, “a”, do Regimento Interno, ocasião em que fui designado relator.
4. Era o que tinha a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

5. A questão ambiental ganhou outra dimensão após o advento da Revolução Industrial, uma vez que esse movimento propiciou a criação de uma sociedade de consumo de massa, que cada vez mais demanda bens e produtos em larga escala, com sério impacto no meio ambiente.
6. A sociedade moderna é grande produtora de resíduos sólidos. Grande parte desse lixo, porém, pode ser reaproveitado, por meio do que se chama de reciclagem.
7. A coleta seletiva aparece nesse contexto como um sistema de recolhimento de materiais recicláveis: papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradora e que podem ser reutilizados ou reciclados. A coleta seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas do desperdício de recursos naturais e da poluição causada pelo lixo.
8. Em face disso, já não se pode admitir, em cidades como Bonfinópolis de Minas a coleta aleatória do lixo e a sua destinação em aterros controlados ou aterros sanitários.

9. A separação dos resíduos sólidos, para fins de coleta, é medida relativamente simples, cuja implantação se dá mais por meio educativo que coercitivo e que não demanda grandes investimentos do poder público, valendo ressaltar os aspectos econômicos e ambientais positivos que propicia para a coletividade.

10. O texto ora examinado contém o essencial para implantação do serviço, uma vez que trata do acondicionamento adequado do lixo e derradeiramente disciplina a coleta seletiva, entre outros instrumentos que propiciarão o gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos no Município.

CONCLUSÃO

11. Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 32/2014.

Sala das Comissões, 5 de Dezembro de 2014.

Vereador DADÁ SIMÕES

Relator